

## GESTÃO DEMOCRÁTICA UNIVERSITÁRIA: UM PANORAMA DA AMÉRICA DO SUL

Fernando Ferreira Souza<sup>1\*</sup>, Daniel Calbino Pinheiro<sup>2</sup>, Sumalha Sanemilia Corrêa<sup>3</sup> e Lara Carlette Thiengo<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Discente do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED, Diamantina, Minas Gerais, Brasil, CEP: 39100.000.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, Docente do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED. Sete Lagoas, Minas Gerais, Brasil, CEP: 35.701-970.

<sup>3</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Discente do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED, Diamantina, Minas Gerais, Brasil, CEP: 39100.000.

<sup>4</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED, Diamantina, Minas Gerais, Brasil, CEP: 39100.000.

\*e-mail: fernando.ferreira@ufvjm.edu.br

Nas últimas décadas, as universidades públicas federais brasileiras têm enfrentado desafios crescentes devido à influência da lógica de mercado e às intervenções estatais, que muitas vezes limitam a democracia dentro dessas instituições. O presente artigo tem como objetivo investigar como as legislações de diferentes países da América do Sul têm impactado a gestão democrática nas universidades. Para atingir esse objetivo, foi realizado um estudo comparativo envolvendo dez países, com base na análise de documentos e literatura relevante. Os resultados da pesquisa revelam que o Brasil é o único país onde a escolha dos reitores é amplamente sujeita à nomeação externa, o que restringe a autonomia das instituições e pode comprometer a governança democrática. Em contraste, outros países sul-americanos, como Bolívia, Equador, Venezuela e Paraguai, implementaram reformas que, sob uma perspectiva formal, promoveram condições mais democráticas para a gestão universitária. Estas reformas destacam-se por introduzirem práticas como a cogestão entre docentes e discentes, a paridade de gênero nos conselhos universitários e uma maior autonomia para as universidades estruturarem suas próprias organizações internas. No caso da Bolívia, por exemplo, houve uma reforma que permitiu uma maior participação de professores e alunos na administração das universidades, promovendo um ambiente mais inclusivo e representativo. O Equador, por sua vez, implementou políticas que garantem a paridade de gênero em posições de liderança acadêmica, refletindo um esforço para equilibrar as vozes e perspectivas dentro das instituições. Essas reformas são indicativas de um movimento mais amplo em direção a uma maior democratização e autonomia nas universidades sul-americanas. Os achados deste estudo oferecem elementos importantes para a discussão sobre como fortalecer a democracia e a autonomia nas universidades públicas federais, especialmente no contexto brasileiro, que tem sido marcado por sucessivas intervenções externas e limitações à sua governança. A análise das experiências internacionais pode servir como um guia para a implementação de práticas mais democráticas e autônomas, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais livre e participativo.

**Agradecimentos:** Agradecemos a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, por meio do Programa de Pós-graduação em Educação- PPGED, pela oportunidade.